

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE LIMITE PRECATÓRIO E DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (PEC 066/23)

REQUERIMENTO Nº

DE 2025

(Do Sr. MARANGONI)

realização Requer a audiência pública no âmbito Comissão da Especial destinada a proferir parecer à PEC 66/2023, que "Institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre prazo de novo parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social dá outras providências".

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 66/2023, que "Institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências".

Para participar da reunião de audiência pública, indico a autoridade abaixo:







Gilvan Júnior, vice-presidente de Precatórios da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP).







JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem como objetivo solicitar a inclusão do prefeito Gilvan Junior, atualmente vice-presidente de Precatórios da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), nas discussões da Comissão Especial da PEC 66/2023, a fim de contribuir tecnicamente com os debates em torno das mudanças propostas no regime de pagamento de precatórios no Brasil.

A atuação do prefeito Gilvan Junior tem sido marcada por um compromisso técnico e institucional com a pauta dos precatórios, tema de extrema sensibilidade para a gestão fiscal dos municípios brasileiros. Como representante da FNP na área, Gilvan Junior tem promovido articulações estratégicas com órgãos de controle, Judiciário e Parlamento, defendendo soluções sustentáveis que garantam segurança jurídica, previsibilidade orçamentária e justiça social no pagamento dessas dívidas públicas.

Sua participação nos debates da PEC 66/2023 é essencial para assegurar que os interesses dos municípios sejam devidamente considerados, sobretudo diante do crescente impacto financeiro que os precatórios exercem sobre os orçamentos locais. A experiência prática do prefeito, aliada ao seu papel de liderança junto à FNP, pode contribuir significativamente para o aprimoramento da proposta legislativa, equilibrando a necessidade de cumprimento das decisões judiciais com a capacidade financeira dos entes municipais.

Dessa forma, a presença de Gilvan Junior nesta comissão especial não apenas fortalece o diálogo federativo, como também garante uma abordagem mais realista e responsável no tratamento da questão dos precatórios no âmbito da PEC 66/2023.

> Sala das Sessões, de de 2025.







Deputado MARANGONI UNIÃO-SP



